

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT11.012](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT11.012)

A NARRATIVA DE UM JOVEM CONSULTOR EM AUDIODESCRIÇÃO E A LUTA PELA CIDADANIA: AÇÕES EXTENSIONISTAS NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

Talitha Lucena de Vasconcelos

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, talitha.vasconcelos@ufpe.br;

José Eduardo Cavalcanti

Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, eduardocavalcanti33@hotmail.com;

Luiz Henrique Coelho de Siqueira Teixeira

Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luizhenrique.coelho@outlook.com;

Leomar Basilio Barreto de Lima

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, basilioleomar00@gmail.com;

RESUMO

O objetivo deste trabalho é socializar a construção pessoal e acadêmica de um estudante com deficiência visual dentro do campo da formação em audiodescrição e influências pedagógicas. Para tanto, pauta-se sobre como o marcador da deficiência é permeado por sentidos contextualizados historicamente. Durante o desenvolvimento das sociedades, foi possível identificar alguns modelos de estrutura da deficiência que geraram práticas cotidianas, como o da exclusão, caracterizado pela rejeição social; o da segregação, com sua lógica assistencialista; o da integração, aparecimento de serviços no campo da saúde; e o da inclusão, com base nas mobilizações políticas no final do século XX. A partir desse último modelo, começaram a ser desenvolvidas metodologias

de formação a fim de que as barreiras capacitistas, presentes nos processos de ensino-aprendizagem, pudessem ser amenizadas e pessoas com deficiência exercessem o direito à educação. Em contraposição, é visto que o acesso a tais recursos, neste caso, à audiodescrição, ainda é precário devido aos entraves sociais presentes. Assim, para a construção da reflexão proposta, foi utilizada a metodologia dos Diários de Bordo como forma sistemática de registro de pesquisa situada no campo feminista da psicologia social, (pós)construcionista, das narrativas e da produção de sentidos. Como resultado, nota-se que a trajetória do estudante narrado é permeada por diversas incursões na luta pela inclusão e acessibilidade a partir da criação de oficinas e trabalhos sociais, pelo Programa de Educação Tutorial, em diálogo com a comunidade sobre a temática da deficiência. Concluímos, portanto, que a trajetória narrada por este trabalho é uma das diversas que (co) existem no ambiente acadêmico e que ainda encontram dificuldades no exercício pleno da cidadania. Ademais, ressaltamos a importância de práticas sociais a fim de que possa ser construído continuamente um diálogo efetivo entre universidade e sociedade a respeito da diversidade humana.

Palavras-chave: Cidadania, Programa de Educação Tutorial, Inclusão, Audiodescrição, Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho aqui apresentado é socializar a construção pessoal e acadêmica de um estudante com deficiência visual dentro do campo da formação em audiodescrição. Tal construção perpassa o âmbito da (1) pesquisa acadêmica, realizada através do Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA/UFPE), assim como do (2) ensino-extensão, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Gestão Política-Pedagógica (PET-GPP/UFPE). Sendo assim, torna-se válido, de início, compreender, mesmo que minimamente, as bases do referido programa.

O PET foi criado durante os anos finais da década de 1970 através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), intitulado, inicialmente, com o nome “Programa Especial de Treinamento”, tendo sua alteração para o nome “Programa de Educação Tutorial” no ano de 2004 pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2006). Para dispor com maior estruturalidade suas bases, objetivos e perspectivas direcionadoras, o PET formulou seu Manual de Orientações Básicas (MOB) (BRASIL, 2006), tendo como seu objetivo ampliar o processo de ensino-aprendizagem de graduandos dos mais diversos cursos do Ensino Superior, como Psicologia, Geografia, História, dentre outros.

A referida ampliação se dá através do planejamento anual, execução e avaliação de ações voltadas para a comunidade geral e acadêmica, sendo contemplado todos os três pilares universitários, ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2006), com o auxílio de um/a professor/a tutor/a. A partir disso, os discentes conseguem entrar em contato com projetos, partindo de uma construção coletiva de conhecimento crítico, que podem não estar inseridos em sua grade comum curricular de curso, assim como promover um ambiente propício para a formação enquanto pesquisadores, como com a escrita, participação e divulgação científica dos respectivos projetos.

Segundo a Portaria de nº 976/2010 (BRASIL, 2013, p. 1), o programa tem como objetivos direcionadores:

- I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e

interdisciplinar; II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; VI - introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; [...] VII - contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e [...] VIII - contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior-IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Com base nisso, é possível perceber que as existências subalternizadas pelos processos de socialização culturais estão contempladas intrinsecamente pelo programa. Assim sendo, a promoção de uma perspectiva, através das práticas formuladas individual e coletivamente, de equidade e pluralidade de gênero, de raça/etnia/ do campo das pessoas com deficiência, da diversidade sexual, dentre outras, torna-se necessária, principalmente diante dos atuais retrocessos político-sociais que estamos vivenciando durante os últimos anos no Brasil.

Por fim, tem-se que ressaltar também a importância de um grupo petiano formado por discentes e docente de diversas áreas e cursos e como isso impacta positivamente nas ações concretizadas por esse coletivo. Trabalhos como este, aqui apresentado, requerem a compreensão de um indivíduo dentro da perspectiva biopsicossocial, sendo esta contemplada, mesmo com inúmeras dificuldades e negociações, através da multi e interdisciplinaridade. A partir disso, torna-se possível começar a discorrer sobre a trajetória, aqui objetivada a ser relatada, por meio do campo das pessoas com deficiência e sua relação histórica com a sociedade.

Na história da humanidade há diferentes formas de tratar e de entender as pessoas com deficiência, sendo possível identificar os modelos da estrutura da deficiência, separados por marcos temporais e conceituais, sobre a própria deficiência enquanto fenômeno. Dentre os modelos da estrutura, o primeiro catalogado é intitulado

como o da exclusão, cuja aparição vem desde a antiguidade até o século XIX, onde, nesse período decorrido, operava-se a lógica da rejeição social, a qual abandonou e expulsou essa população do convívio em sociedade, já que essa se considerava valiosa, normal e útil (SASSAKI, 2012).

Neste mesmo período histórico, em algumas culturas, as pessoas com deficiência eram mortas, sendo possível compreender que esta sociedade entendia esse grupo enquanto sujeitos inválidos e inúteis (SASSAKI, 2012). Outro modelo da estrutura é conhecido como o da segregação, o qual teve seu início em 1910, período este em que a lógica mais ampla se pautava a partir de um viés assistencialista por parte da sociedade e do governo. As práticas assistencialistas eram referentes a depositar as pessoas com deficiência em instituições terminais que forneciam abrigo, alimentação, recreação e vestuário. Porém, vale ressaltar que um quantitativo reduzido de pessoas com deficiência conseguiram ter acesso às comunidades ou à assistência governamental, que, ao considerá-las merecedoras, forneciam subsídios necessários para sua sobrevivência (SASSAKI, 2012).

Ademais, outro marco importante é o modelo de integração/médico da deficiência, situado no início da década de 1940. Este período demarca o aparecimento de serviços públicos e privados que tinham como foco a reabilitação física e profissional das pessoas com deficiência. Além disso, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, uma pequena parcela das pessoas com deficiência obteve a rara oportunidade de usufruir desses serviços (SASSAKI, 2012). Foi nesse contexto que algumas dessas pessoas reabilitadas conseguiram ingressar em escolas regulares, bem como no mercado de trabalho, limitado àqueles que conseguissem demonstrar competência laboral para tal fim. Ainda nessa época, também foram criadas as primeiras associações de pessoas com deficiência ou de seus familiares, porém ainda ancoradas a partir de uma perspectiva assistencialista (SASSAKI, 2012).

Já o último modelo da estrutura da deficiência foi concebido com o nome de modelo da inclusão, cujo início se deu na década de 1990, no Brasil. Esse modelo nasce como fruto do processo de mobilização política das pessoas com deficiência, com origem no ano de 1979 e com a sua estabilização em 1981, o ano Internacional

das Pessoas com Deficiência, marcado por pautas de luta por direitos (SASSAKI, 2012).

Outro marco importante desse período diz respeito à luta por igualdade de condições. Essa movimentação foi de suma importância no que tange à necessidade de readequar os espaços sociais objetivando erradicar as diversas barreiras que compõem o ambiente sociocultural (SASSAKI, 2012). Deste modo, pode-se identificar que, nos três primeiros modelos, o problema estava nas pessoas em si e não nas barreiras impostas pela sociedade que dificultavam a existência plena desse segmento. Entretanto, no modelo social, isto muda radicalmente, visto que o problema está localizado no âmbito social e não no individual, isto é, estes problemas estão localizados nas barreiras atitudinais, urbanísticas e comunicacionais, entre outras (SASSAKI, 2012).

Isso posto, surge a necessidade de definir o que são barreiras, mas, antes disso, vale ressaltar que a acessibilidade deve ser produzida e orientada a partir de parâmetros da dimensão da acessibilidade, os quais são constituídos por seis pilares que permitem o acesso de qualquer pessoa, com ou sem deficiência, a quaisquer contextos e aspectos da vida humana, são elas:

(...) arquitetônicas (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas); metodológicas (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, entre outros); instrumental (sem barreiras em instrumentos utensílios, entre outros); programáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações e normas); e atitudinais (sem preconceito, estereótipo, estigma e discriminações no comportamento da sociedade para pessoa que tem deficiência) (SASSAKI, 2009, pp. 1-2).

O embasamento histórico auxilia para que possamos entender de forma mais consciente alguns sentidos criados sobre os corpos de pessoas com deficiência, uma vez que o corpo se configura como um artifício de expressão e que, a partir dele, são produzidos sentidos e valores, tornando-o um bem sociocultural, um produto que faz parte de uma teia simbólica de representações sociais (LE BRETON, 2007). Os sentidos são produzidos pelas pessoas em suas vidas cotidianas ancorados por aspectos laborais e são aqui

compreendidos como práticas sociais. Eles dizem respeito ao caminho seguido pelos atores sociais por meio da captação sensorial de um objeto, o qual irá, de forma imediata e não refletida, mobilizar emoções e significações (RIOS, 2020).

Para Rios (2020), o processo de instaurar as bases para significação são diversas e configuram-se a partir de identificações afetivas que produzimos no cotidiano, ao passo que estas bases são advindas das relações concretas com outrem, além daqueles que são incorporados em nossas vidas através das narrativas. Consideramos que, majoritariamente, as narrativas sobre pessoas com deficiência foram depreciativas e isso ajuda a entender os sentidos criados sob estes corpos.

No cotidiano, pessoas com deficiência convivem numa dicotomia, pois, na legislação, são tidas como sujeitos de direitos, membros ativos das comunidades, detentores de valor social e de dignidade. Todavia, no âmbito prático, em geral, a dinâmica que opera é da exclusão em diversos âmbitos sociais como, por exemplo, do mercado de trabalho, do convívio social como escola, praças, avenidas, entre outras. Isso ocorre pela falta de acessibilidade ocasionadas por barreiras atitudinais, urbanísticas e arquitetônicas (LE BRETON, 2007).

Considerando que no ideário social, ainda hoje, os corpos de pessoas com deficiência tendem a ser lidos como inválidos e inúteis, visto que esses marcadores negativos podem ser encontrados no período da antiguidade, como já abordado; e portanto, entende-se que isto ainda não foi superado e que esse tipo de leitura impacta de forma a limitar as potencialidades desses sujeitos e que esses sentidos depreciativos foram construídos social e historicamente, não sendo de cunho natural, nem biológico, mas sendo de ordem simbólica. Vale lançar mão do conceito do capacitismo que, segundo Dias (2013), “é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes de gerir a própria vidas” (p. 2).

Isso significa que é urgente a necessidade de discutir acerca de questões relacionadas à cidadania, à acessibilidade e aos direitos da categoria social de pessoas com deficiência. Assim, as seguintes indagações são pertinentes: o que é uma pessoa com deficiência? O que de fato caracteriza as pessoas que fazem parte desse

segmento social? Para responder tais questionamentos, pode-se recorrer a uma das maiores vitórias do segmento social de pessoas com deficiência no território nacional: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) que, em seu artigo 2º, está disposto:

Considera-se pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, com interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (p. 19).

Uma das questões que almejamos abordar, mesmo que brevemente, refere-se às pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos, dado que isto precisa ser mais discutido a nível social e político, uma vez que, na Constituição Federal de 1988, as leis ratificam o que estamos argumentando. Por exemplo, em seu artigo 1º diz que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” e tem como um dos seus fundamentos, no inciso II, a garantia a cidadania (BRASIL, 1988).

A cidadania, por sua vez, configura-se enquanto um status outorgado aos membros integrais de uma comunidade, assim todas as pessoas que são possuidoras do status de cidadãos são iguais diante seus direitos e deveres (MARSHALL, 2002).

Além disso, a constituição dispõe em seu Art. 5º que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (BRASIL, 1988).

É na perspectiva da busca por cidadania e por igualdade de condições que ancoramos nossas reflexões aqui posicionadas. Ou seja, esta luta por cidadania é voltada à acessibilidade, compreendida, conforme o Artigo 3º Inciso I da LBI, como a possibilidade de qualquer pessoa, com deficiência ou mobilidade reduzida, acessar

um lugar, serviço, produto ou informação de maneira segura e autônoma, isto é, sem nenhum tipo de barreira” (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir de maneira livre e autônoma os distintos direitos sociais, bem como está previsto no Art. 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Mesmo os direitos sociais estando previstos na constituição a pessoa com deficiência sofre com as barreiras que limitam seu acesso a espaços físicos, a bens e serviços. Com a finalidade de combater as barreiras atitudinais e comunicacionais, este trabalho versa sobre a narrativa de um jovem consultor em audiodescrição (AD) e no desenvolvimento das ações extensionistas no Programa de Educação Tutorial.

Assim, com vistas a enfrentar tais barreiras, foram desenvolvidas ações em AD que se caracterizam enquanto uma técnica comunicacional, a qual possui alguns marcadores específicos como, por exemplo, a transposição intersemiótica. Neste sentido, o elemento imagético é traduzido para um outro estado de signos, sendo o segundo marcador a transmissão de informações via sonora ou escrita (MOTTA, 2012; MOTTA, 2016).

A técnica da AD proporciona incluir pessoas com deficiência visual em diversos contextos sociais como, por exemplo, peças de teatro, nas escolas, no cinema, em programas de televisão, em eventos de distintas ordens (MOTTA, 2012). Além disso, essa técnica também é um valioso recurso para pessoas com déficit de atenção, pessoas idosas, pessoas surdas, pessoas com autismo, entre outras especificidades (MOTTA, 2016). Ainda a técnica AD pode também ser uma ferramenta potente na saúde, no trabalho, no transporte e em tantos outros locais da sociedade como já bem pontuado por Livia Motta (2012; 2016)

No entanto, esse recurso ainda é pouco conhecido e não é facilmente encontrado nos espaços sociais, mesmo sendo um recurso que garante e legitima a presença de pessoas com deficiência.

Deste modo, as ações extensionistas em áudio descrição buscam disseminar essa técnica, promovendo o acesso de pessoas com deficiência a espaços de educação e lazer com igualdade de condições, conforme os direitos sociais previsto na Constituição Federal em seu Artigo 6°.

METODOLOGIA

Com a finalidade de cumprir a proposta do trabalho aqui apresentado, também com o intuito de dar vazão as reflexões produzidas pelo consultor/pesquisador em formação, faz-se necessário elencar pressupostos teóricos-metodológicos que baseiam a estrutura conceitual que ordena tanto as ações sociais e indagações propostas, quanto a própria escrita deste artigo.

A confecção desta pesquisa é orientada a partir de uma perspectiva feminista de produção de conhecimento a qual postula que o pesquisador é um corpo localizado social e historicamente, sendo suas produções situadas e, por consequência, fruto do seu contexto, sendo os saberes construídos na não neutralidade (HARAWAY, 1999).

Seguindo em consonância com estes pressupostos de produção de conhecimento científico, está a abordagem do construcionismo social (GERGEN, 2007) que parte de uma lógica de desfamiliarização das crenças limitantes e de suas vicissitudes. Assim, mostra-se como um lente fortuita para o debate sobre a deficiência.

Dessa forma, essa produção textual é implicada pelas distintas posições sociais que o consultor/pesquisador em formação José Eduardo Cavalcanti está inserido e constituído enquanto indivíduo. Sendo assim, dispõem-se que este sujeito se intitula enquanto homem cisgênero, heterossexual, pessoa com deficiência visual, morador da zona da mata sul de Pernambuco e graduando do curso de Psicologia da UFPE.

O principal método para a produção deste artigo foram os diários de bordo. Esse instrumento se configura enquanto um texto narrativo, ficcional e implicado, onde o pesquisador produz suas anotações relatando suas experiências ao decorrer, no caso em questão, das ações extensionistas e de pesquisa, bem como suas afetações e reflexões. Contudo, vale ressaltar que o diário não é

uma simples ferramenta de registros, ele é um colega na produção da pesquisa (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

De acordo com Medrado, Spink e Mélllo (2014), os diários são práticas discursivas, sendo um modo de linguagem em ação no mundo, as quais compõem a construção de determinados contextos e, isto, está intimamente ligado ao gênero de linguagem que é empregado naquele determinado ambiente promovendo assim sentidos específicos. Com isso, surge a concepção de narrativas fictícias, estas narrativas têm este nome, porém não significa dizer que o pesquisador está mentindo em seus registros do cotidiano, mas sim de postular os registros como relatos construídos.

Para a construção deste trabalho, o diário de bordo foi produzido por uma pessoa com deficiência visual e isto impacta no modo como os registros foram produzidos, pois a forma de registrar dita “convencional” pelo método em questão, através da escrita, iria dificultar o processo de fazer a pesquisa. A partir dessa problemática, seguindo as orientações de Cavalcanti *et al.* (2021), foi criado um grupo de whatsapp, sendo o pesquisador a única pessoa do grupo, pois as informações dos diários são restritas ao pesquisador. Este movimento de alterar o modo de registro possibilitou que os diários fossem feitos a partir de áudios e não de anotações. Nesses áudios enviados para este grupo específico, foram registrados acontecimentos, reflexões e dificuldades durante a pesquisa.

Neste sentido, os áudios se tornam uma técnica segura e acessível para a produção dos diários. Além disso, esse recurso é um fluxo de escrita a partir da oralidade, ou seja, os próprios áudios são os diários de bordo, os quais foram a base principal para a construção da narrativa que será apresentada (CAVALCANTI *et al.*, 2021).

Brockmeier e Harré (2003) apontam que a narrativa é um tipo de discurso e que ela se constitui como um tipo de linguagem que possui diferentes objetivos. O foco da narrativa neste empreendimento é posicioná-la enquanto um mecanismo de produção de conhecimento científico, a partir das estórias que ordenam e estruturam as respectivas vivências do estudante aqui relatado, como ativista político, pesquisador e consultor em AD.

Em seu sentido mais corrente e geral, a narrativa é o nome para um conjunto de estruturas lingüísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente,

delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio-comunicativas e habilidades lingüísticas - como denominado por Bruner (1991) - e, de forma não menos importante, por características pessoais como curiosidade, paixão e, por vezes, obsessão. Ao comunicar algo sobre um evento da vida - uma situação complicada, uma intenção, um sonho, uma doença, um estado de angústia - a comunicação geralmente assume a forma da narrativa, ou seja, apresenta-se uma estória contada de acordo com certas convenções (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 526).

Ancorado nessas reflexões, é possível entender que a subjetividade e as vivências sociais se estruturam como formas discursivas e que, apesar de serem sobre experiências específicas, articulam-se com as realidades sócio-históricas e culturais, as quais permeiam os interlocutores que partilham dos mesmos marcadores sociais.

“Em outras palavras, nosso repertório local de formas narrativas é entrelaçado a um cenário cultural mais amplo de ordens discursivas fundamentais, que determinam quem conta qual estória, quando, onde e para quem” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 527).

Desse modo, uma produção narrativa se apresenta como um instrumento importante de produção de conhecimento científico que explora a subjetividade e a experiência (SCOTT, 1998) como fluxos das vicissitudes que constroem os contextos. Cabe ressaltar que o principal objetivo com este trabalho é narrar a trajetória educacional, social, ética, política e cidadã de um estudante de psicologia imerso na multifatorialidade e dimensionalidade de sua existência, sendo construído por tais processos, assim como agente construtor desta mesma realidade. Isto é, trazer à tona as experiências sobre ações sociais na universidade pública, bem como em outros espaços educacionais, de lazer e de cultura que precisam ser transformados para acolher pessoas com deficiência visual e outras especificidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui relatados são fruto dos diários de bordo em áudio confeccionados pelo jovem consultor em audiodescrição, que por sua vez também compõe o quadro de autores do trabalho. Todavia, por ser um trabalho coletivo optou-se pela escrita na terceira pessoa, compreendendo que todos os autores participaram efetivamente na elaboração e reelaboração textual.

O discente ingressou na Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2018, através das cotas para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012), e foi decorrente do seu ingresso na universidade pública que o estudante desenvolveu diversas incursões no sentido de tornar a luta pela cidadania, inclusão e a acessibilidade como seus objetos centrais de estudo. Para tal feito, foi necessário ocupar lugares sociais que oportunizassem seu crescimento ético e político. Dentre estes lugares ocupados, estão, por exemplo, o Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) e o Programa de Educação Tutorial Conexões Gestão Política-Pedagógica (PET-GPP/UFPE).

Logo no 1º período da graduação, o discente relatou ter acesso ao Núcleo de Acessibilidade da UFPE (NACE-UFPE). O Núcleo proporcionou uma série de recursos como, por exemplo, computador, lupa eletrônica, software de leitura, dentre outras tecnologias assistivas. Contudo, o jovem consultor salienta que, naquele momento, não detinha habilidades suficientes para manusear tais recursos, assim o NACE também disponibilizou um bolsista que mediu suas primeiras aproximações com as tecnologias assistivas, treinando-o para usufruir de forma autônoma dos materiais e do software.

No 2º período da graduação, tornou-se discente do Prof. Dr. Benedito Medrado na disciplina de Processos Psicossociais. Nessa disciplina desenvolveu diálogos com o docente e conseguiu identificar em seu Professor abertura à possibilidade de discutirem juntos sobre as questões relativas às pessoas com deficiência. Com isso, obteve o privilégio de ingressar no GEMA-UFPE.

Em seu 3º período, Eduardo cursou a disciplina de iniciação científica intitulada como Trabalho Supervisionado (TS), com a temática sobre Homens Trans, isto ocorreu no período de 2019.1, que correspondeu ao primeiro semestre do ano letivo na UFPE.

Embora tenha sido um trabalho de muitos ganhos a nível pessoal e profissional, não era de fato o seu principal interesse em produzir pesquisa. Então, depois de se situar de forma mais consciente acerca dos temas relacionados a Gênero e Sexualidade humana, surgiu o seu desejo de pesquisar a sexualidade e a pessoa com deficiência. A partir disso, unindo as próprias vivências pessoais e como integrante do GEMA, ingressou no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Além do próprio GEMA, no quarto período da graduação em 2019.2, ocorreu o primeiro contato com a prática do fazer psicológico, uma vez que o discente cursou uma disciplina de estágio, a qual é intitulada Estágio Básico de Observação (EBO). Esse estágio reuniu importantes marcadores para o seu crescimento pessoal e profissional, sendo desenvolvido no NACE. Assim, torna-se importante pontuar também a inclinação pessoal sob o campo em que foi realizado o estágio, pois como já citado anteriormente, Eduardo é uma pessoa com deficiência visual e é acompanhado pelo NACE.

Ao passo que o discente ingressou no estágio, ele relatou um aspecto que, de início, chamou sua atenção a respeito da “observação”, partindo de um pressuposto que observar se faz com os olhos. Dentro da sua realidade, ele entendia que saía atrás de qualquer outro aluno que cursou a disciplina de EBO. No entanto, desenvolveu habilidades auditivas que, de certa forma, o auxiliaram na experiência em campo, pois conseguiu descrever os fenômenos “observados e escutados”.

Assim, foi o primeiro aluno com deficiência visual do curso de Psicologia da UFPE, levando a campo o nome de um curso que é respeitado em todo país e carregando consigo uma certa pressão, possivelmente não externa, mas com certeza interna. A dúvida girava em torno de: será que ele realmente estaria pronto para a primeira experiência relacionada a psicologia que iria ocorrer fora da sala de aula?. Isso pairava sobre sua cabeça.

Ao chegar no primeiro dia de estágio, estava com orgulho de poder estar ali, sabia da responsabilidade e buscou aprender sobre as formas de promoção da acessibilidade. Relatou que dentro de sua perspectiva foi o que aconteceu. Pôde perceber como ocorrem os métodos e práticas que o núcleo desenvolve de forma

a promover a permanência e êxito das pessoas com deficiência na universidade.

A experiência de estágio foi determinante para o discente, uma vez que, a partir dessa experiência, acabou sendo convidado a participar de uma sensibilização. Nessa situação, ele pôde participar ativamente como estagiário do NACE. Esse evento ocorreu no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA-UFPE), com a participação do NACE e do Centro de Estudos Inclusivos do Centro de Educação (CEI-CE-UFPE) em conjunto, onde promoveram a sensibilização com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do NACE e do próprio CEI, objetivando auxiliar no processo de socialização do aluno com deficiência que enfrentava dificuldades de se relacionar com sua turma.

A partir dessa atuação na sensibilização, Eduardo começou a ser convidado pela profissional vinculada ao CEI, a qual ocupa o cargo de transcritora do Sistema Braille, a participar de outros eventos, porém ocupando o papel de palestrante. Um dos exemplos de palestras realizadas ocorreu no projeto de extensão Gradação, um pré-acadêmico gratuito vinculado à Pró-reitoria de extensão e cultura (Proexc) da UFPE.

Já como integrante do PET, Eduardo fez incursões formativas como audiodescritor pela Associação Pernambucana de Cegos (APEC), no período de 2020.2. Seu primeiro curso foi intitulado como “Audiodescrição da Teoria à Prática” com duração de 40h. A posteriori, ele ainda realizou outra formação, no ano de 2021, pelo grupo CRIE Conhecimento Sistemico, o curso foi intitulado como “Acessibilidade Comunicacional” com duração de 40h.

Foi a partir dessa formação inicial que o consultor deu seguimento aos seus estudos e às suas ações políticas de democratizar o ensino deste recurso de acessibilidade comunicacional, em conjunto com o PET-GPP. Uma parte dessas produções pode ser acompanhada no capítulo de livro “Diversifica PET: Intervenções Grupais possíveis” (TEIXEIRA et al., 2022), no qual os autores discutem, neste capítulo, sobre algumas ações que foram implementadas no cronograma de ações do PET como, por exemplo, a “Dialogando sobre capacitismo e educação”, a qual foi realizada no segundo semestre de 2020. A segunda atividade realizada para a promoção do debate da temática da inclusão foi a “Oficina-ação em audiodescrição: da

teoria à prática” e “Webinário sobre recursos pedagógicos e outras especificidades”. Todas estas ações estão expressas de forma detalhada no capítulo supracitado.

Eduardo também relatou que, no período de 2021.1, obteve sua experiência com trabalhos de AD com obras de arte, no qual ele recebeu remuneração financeira pelo seu trabalho, isto é importante, sobretudo, pois ser audiodescritor e ser um consultor é um trabalho como qualquer outro, que demanda tempo, energia e uma formação técnica. No ano de 2022.1, outra ação foi efetivada, dessa vez em parceria com a startup BRAPSI, o tema dessa atividade coletiva foi “A importância do debate sobre capacitismo e acessibilidade na formação em Psicologia”.

Este momento foi oportuno para que fosse debatido a lacuna que existe sobre capacitismo, inclusão e acessibilidade na formação em Psicologia na UFPE. Dado que o currículo do curso de Psicologia dessa Universidade não contempla tais debates. Além disso, no período de 2022.1 também foi desenvolvida outra ação conjunta, nesta ocasião em parceria com o Grupo Extensão Rompendo Barreiras da UFPE. Esta atividade foi intitulada como “A narrativa de um jovem consultor em audiodescrição e a luta por direitos”. De certa forma, essa ação foi a semente que fez germinar esse trabalho, visto que contou com discussões acerca da cidadania, inclusão, acessibilidade, pessoa com deficiência, audiodescrição e de seu próprio processo formativo.

Por fim, a última ação do petiano foi realizada em 2022.1, esta ação foi confeccionada no CE, tendo como título “Educação e Inclusão: Audiodescrição de imagens para iniciantes”. Foi trabalhado questões relativas à teoria e a própria prática de como fazer uma audiodescrição. Nesse sentido, foi oportunizado para os participantes produzirem a própria AD, tendo o auxílio de Eduardo enquanto consultor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que ainda há grande necessidade de produzir mais ações voltadas ao debate do capacitismo, da audiodescrição, das barreiras e da pessoa com deficiência enquanto sujeitos de direitos. Estas temáticas são escassas no cenário dos debates

públicos. Por serem raras, há dificuldade de haver mudanças reais no âmbito da inclusão e da cidadania e, assim, tornam-se um desafio que precisa ser superado. Portanto, entendemos que o Programa de Educação Tutorial, apresenta-se como um lugar potente para o debate sobre a inclusão e a diversidade humana.

Além disso, que estudar sobre inclusão, AD, capacitismo, sobre os sentidos negativos que estão arraigados no contexto sociocultural brasileiro é necessário, visto que o segmento social de pessoas com deficiência tem suas possibilidades de vida limitadas por tais entraves. Discutir sobre tais temas é lutar pela cidadania e pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Outro ponto a se destacar, é discutir o recurso da AD como um direito garantido por lei e não enquanto um favor. Incluir as pessoas com deficiência em espaços sociais com igualdade de condições é um direito e isso precisa ser mais defendido. Deste modo, a produção de pesquisas e ações sociais como estas que vêm sendo desenvolvidas se tornam também ações políticas que visam lutar por tais pautas.

Por fim, os/as autores/as deste trabalho agradecem ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESi/MEC) pela disponibilização de bolsas ao Programa de Educação Tutorial. Além disso, (re)afirmamos a importância de incentivos como este à ciência, principalmente diante do atual desmonte da educação crítica de qualidade, como forma de viabilizar ações e estratégias de diálogo com a comunidade, exercendo os princípios básicos do PET e proporcionando o asseguramento da estabilidade durante a graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Educação Tutorial -PET: Manual de Orientações Básicas. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>> Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 -republicada em função das alterações implementadas pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013. Diário Oficial da União, nº 212, seção 1, p. 40, 2013. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/por-MEC_n976_27_07.pdf> Acesso em: 10 de nov. de 2022.

<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/porMEC_n976_27_07.pdf> Acesso em: 10 de nov. de 2022.

CAVALCANTI, J. E.; BEZERRA, A.; TEIXEIRA, L. H. C. S.; MEDRADO, B. Diários de Bordo de um jovem pesquisador com deficiência visual: desafios e possibilidades no exercício de produção científica. **Anais do IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência-SEDPcD/Diversitas/USP Legal-São Paulo, 2013.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARSHALL, T. H. (2002). Cidadania e classe social. Volume I. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK, M. J. (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 273-294, 2014.

MOTTA, L. M. V. de M. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MOTTA, L. M. V. de M. O uso da audiodescrição na escola. **Curso de Formação de Professores**, Secretaria Municipal de São Paulo (DOT – Educação Especial), 2012.

RIBEIRO; D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, L. F.. Era uma vez... Memórias de um escutador de histórias interpelado pela pandemia da Covid-19. Memorial apresentado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para a promoção funcional de professor Associado IV para professor Titular. Universidade Federal de Pernambuco, 2020

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 12, mar./abr., p. 10-16, 2009.

SASSAKI, R. K. Por falar em classificação de deficiências. *Revista Brasileira de Tradução Visual*, v. 12, n. 12, p. 1-9, 2012.